



PREFEITURA
DE NITERÓI

NITTRANS

PREFEITURA DE NITERÓI
NITERÓI TRÂNSITO S. A. - NITTRANS

PROVA OBJETIVA – (MANHÃ)

ADVOGADO

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Conhecimentos Básicos

Língua Portuguesa

1

Leia a afirmação do escritor Vivaldo Coaracy afirmou sobre os transportes:

“Os adiantamentos dos meios de transporte, conferindo maior mobilidade aos indivíduos, concorrem para a dispersão e a fluidez dos agrupamentos e assim, de modo indireto, para a diluição e afrouxamento dos laços afetivos, incentivando a volubilidade.”

Sobre esse segmento, assinale a afirmação correta em relação à sua estruturação ou significação.

- (A) a relação lógica entre os adiantamentos dos meios de transporte e a maior mobilidade dos indivíduos é, respectivamente, de consequência e causa.
- (B) a visão dos transportes contida no texto mostra um aspecto negativo decorrente do progresso.
- (C) as consequências dos adiantamentos dos meios de transporte, apontadas no texto, se restringem ao aspecto tecnológico
- (D) segundo o texto, a dispersão dos agrupamentos humanos ocorre pelo fato de muitas pessoas não voltarem de suas viagens.
- (E) o texto condena o adiantamento dos meios de transporte como processo de degradação do ser humano.

2

Ainda sobre o texto do escritor Vivaldo Coaracy.

“Os adiantamentos dos meios de transporte, conferindo maior mobilidade aos indivíduos, concorrem para a dispersão e a fluidez dos agrupamentos e assim, de modo indireto, para a diluição e afrouxamento dos laços afetivos, incentivando a volubilidade.”

Assinale a opção que apresenta uma crítica válida sobre a sua estruturação.

- (A) O vocábulo “maior” deve ser substituído por “mais”, já que se refere à quantidade e não à dimensão.
- (B) A forma verbal “concorrem” deveria ser substituída pela forma singular “concorre”.
- (C) Por serem sinônimos, os termos “dispersão” e “fluidez” poderiam ser substituídos por um só deles.
- (D) Os termos “assim” e “de modo indireto” são redundantes e, por isso, empobrecem o texto.
- (E) O termo “volubilidade” poderia ser adequadamente substituído por “proximidade amorosa”.

3

Observe este slogan bastante popular atualmente.

“Se vai dirigir não beba!”

Assinale a frase abaixo - cujo tema é a embriaguez - que se liga perfeitamente ao tema desse slogan.

- (A) A embriaguez excita e traz à luz todos os vícios, tirando aquele senso de pudor que constitui um freio aos instintos ruins.
- (B) Acreditaria que a embriaguez tivesse sido para os homens a primeira ocasião e a primeira causa do riso.
- (C) É melhor dormir com um canibal sóbrio do que com um cristão embriagado.
- (D) É absurdo dizer, conforme a linguagem popular, que alguém se esconde na bebida; ao contrário, a maioria se esconde na sobriedade.
- (E) Ao beber, o homem está abrindo mão da rapidez de seus reflexos nervosos.

4

Leia o conceito do grande escritor espanhol Ortega y Gasset.

“Precisamente porque o tempo vital do homem é limitado, precisamente porque é mortal, necessita triunfar da distância e da demora. Para um Deus cuja existência é imortal, o automóvel não teria sentido.”

Assinale a afirmação adequada a esse segmento textual.

- (A) Os deuses não necessitam de automóveis por serem seres espirituais.
- (B) A grande vantagem do automóvel é o encurtamento da distância e do tempo.
- (C) A segunda frase do texto – precisamente porque é mortal – acrescenta uma informação à frase anterior.
- (D) A argumentação do texto se apoia num pensamento de base religiosa.
- (E) A frase “necessita triunfar da distância e da demora” mostra a causa das duas frases anteriores.

5

Leia a afirmação do nosso cronista, Fernando Sabino.

“Os homens se dividem em duas espécies: os que têm medo de viajar de avião e os que fingem que não têm.”

A estratégia produtora de humor, nessa frase, é

- (A) a quebra da expectativa na última frase.
- (B) a incoerência presente em sua formulação.
- (C) o exagero da afirmação feita.
- (D) a presença universal do medo de viajar de avião.
- (E) o emprego da linguagem popular.

6

Todas as frases abaixo mostram o emprego do verbo “fazer”, que foi substituído na nova forma da frase.

Assinale a opção em que essa substituição foi adequada:

- (A) Encarregaram-me de fazer o relatório da viagem. / arquitetar
- (B) A ciência fez grandes progressos. / elaborou
- (C) Os turistas fizeram um longo trajeto. / percorreram
- (D) O artista fez uma estátua de mármore. / compôs
- (E) O jornalista fez uma entrevista. / relatou

7

Todas as línguas mostram diferentes níveis de linguagem.

Assinale a frase a seguir que exemplifica o nível formal de Língua Portuguesa.

- (A) Ela fez de tudo para mim voltar ao emprego.
- (B) Nesta escola não tem mais educadores.
- (C) Não lhe vi na escola esta manhã.
- (D) Eu lhe entreguei a encomenda assim que o vi.
- (E) Ele bebe mais que gambá.

8

Assinale a frase que mostra um aspecto negativo da solidão.

- (A) A solidão é uma necessidade.
- (B) A solidão é o destino de todos os espíritos eminentes.
- (C) A civilização converteu a solidão num dos bens mais preciosos que a alma humana possa desejar.
- (D) Não nascemos apenas para nós mesmos.
- (E) O forte tem o máximo poder quando está só.

História, Geografia e Atualidades de Niterói

9

A respeito da história de Niterói, desde sua fundação, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () A aldeia de São Lourenço, criada sob a administração temporal e espiritual dos jesuítas, foi um importante baluarte de defesa do Rio de Janeiro até o século XVIII.
- () Os índios aldeados eram súditos cristãos do Rei, e esse reconhecimento jurídico permitia-lhes participar de expedições militares, negociar as próprias terras e investir em empreendimentos lucrativos na capitania.
- () A aldeia indígena de São Lourenço foi extinta oficialmente por decreto em 1866, devido à expulsão dos jesuítas de Portugal e de seus domínios, o que levou ao seu progressivo despovoamento.

A sequência correta, segundo a ordem apresentada, é:

- (A) F – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – F – V.
- (D) V – F – F.
- (E) V – V – F.

10

Entre as décadas de 1900 e 1930, sem a magnitude e a rapidez das obras que modernizaram a capital federal, a região central de Niterói viveu imersa em reformas urbanas, com obras que refletiam o processo de inserção da cidade nas novas circunstâncias da economia nacional.

Adaptado de CORTE, A. (org.). Niterói 450 anos: capítulos de sua história.

São Paulo: Alameda, 2024. p. 81

A respeito do processo de modernização niteroiense nesse período, é correto afirmar que

- (A) durante o governo do prefeito Pereira Ferraz (1906-1910), foram realizadas melhorias no saneamento, nos calçamentos e foram abertas ruas para reestruturar o espaço urbano do centro da cidade, como a Avenida Ernani do Amaral Peixoto.
- (B) a abertura da Rua da Conceição na área central, da Alameda São Boaventura, na zona norte, e o alargamento da Estrada Leopoldo Fróes permitiram aumentar o fluxo com as regiões contíguas a Niterói, sobretudo com São Gonçalo.
- (C) a construção do Porto de Niterói, na Enseada de São Lourenço, levou ao aterramento do manguezal da enseada, ao desmonte de morros e à remoção dos casebres ali instalados, considerados espaços insalubres da cidade pelos higienistas.
- (D) o aterro da faixa litorânea central, entre a Ponta da Armação e a Praia das Flechas, e o seu loteamento, deram origem às áreas denominadas Enseada da Praia Grande, Enseada de São Domingos e Morro do Gragoatá.
- (E) os bairros Vital Brazil e São Francisco, da região Praias da Baía, foram loteados e, com a inauguração da Estrada Francisco da Cruz Nunes e a abertura da Estrada da Cachoeira, consolidou-se a ocupação da Região Oceânica.

11

A condição de capital trouxe uma série de avanços ao desenvolvimento urbano de Niterói no século XIX, como os corretamente indicados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) A navegação a vapor para a travessia da Baía de Guanabara.
- (B) A iluminação pública a óleo de baleia e os primeiros lampiões a gás.
- (C) A edificação da Prefeitura, o Palácio Araribóia, no Largo do Pelourinho.
- (D) O estabelecimento da Companhia de Navegação de Nictheroy.
- (E) A estrada de Ferro de Niterói, ligando a cidade com localidades do interior do estado.

12



O Museu de Arte Contemporânea de Niterói (MAC), projetado por Oscar Niemeyer e inaugurado em 1996, se ergue sobre o promontório da Boa Viagem, à beira do mar. A arquitetura do museu se apresenta como um valor em si mesma, transformando o edifício em obra de arte e ícone urbano. O MAC estabelece uma relação sensível com o espaço urbano e natural, promovendo um descortinar gradativo de surpresas sensoriais para os visitantes. Mais do que as obras expostas, o que atrai o público é o próprio edifício, sua leveza estrutural e a integração com a paisagem da enseada, composta historicamente por marcos naturais e construções humanas.

Adaptado de CUNHA BRUNO, J. S. O Museu de Arte Contemporânea de Niterói, RJ. Uma estratégia de promoção da cidade. RB. Estudos Urbanos e Regionais, v. 4, 2002.

Com base no texto, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O MAC, ao se tornar um ícone arquitetônico, cumpre a função de abrigar obras de arte e, também, de gerar impacto simbólico e turístico para a cidade de Niterói.
- II. A localização do MAC, no promontório da Boa Viagem, estabelece um diálogo entre a obra arquitetônica e os elementos naturais e históricos da enseada, reforçando sua presença urbana e paisagística.
- III. A arquitetura do MAC, marcada pelo uso de transparências, rampas e perspectivas progressivas, cria experiências sensoriais para os visitantes e destaca a integração entre o edifício e a paisagem.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III

13

Instituído pela Lei nº 827/1990 e vinculado à Secretaria Municipal das Culturas, o Departamento de Preservação do Patrimônio Cultural (DePAC) é responsável pela proteção e preservação do patrimônio cultural de Niterói.

Diante dessa atribuição, assinale a opção que exemplifica corretamente um instrumento ou categoria de preservação previsto em sua área de atuação.

- (A) Bens tombados, como a Fortaleza de Santa Cruz e a Pedra de Itapuca.
- (B) Corredores Culturais, como o conjunto dos edifícios históricos entre o Solar do Jambeiro e o Educandário Paula Cândido.
- (C) Áreas de Preservação do Ambiente Urbano (APAU), como a série de edificações da virada do século XIX que abrigam o comércio da Rua Marechal Deodoro.
- (D) Operação Urbana Consorciada (OUC), como a voltada para a valorização e salvaguarda de áreas ocupadas por comunidades tradicionais, a exemplo do Morro do Cavalo.
- (E) Zonas Especiais de Preservação Paisagística e Cultural (ZEPACs), como a requalificação da infraestrutura do Largo de São Domingos, com financiamento privado, para não impactar as finanças do poder público.

14

O município de Niterói possui aproximadamente 56% de seu território composto por unidades de conservação e áreas ambientalmente protegidas. Entre as zonas ambientais, consta a descrita a seguir.

O entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas às normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

A descrição refere-se a uma:

- (A) Zona de Uso Especial.
- (B) Zona de Amortecimento.
- (C) Zona de Proteção Ambiental.
- (D) Zona de Restrição à Ocupação Urbana.
- (E) Zona de Preservação e Desenvolvimento Sustentável.

15

Com o passar do tempo, a população da cidade de Niterói cresceu e as moradias foram se afastando do centro, provocando o que chamamos espraiamento urbano, produto das políticas de uso e ocupação do solo, incentivado, principalmente, pelo uso do automóvel. Como consequência, as viagens casa-trabalho ficaram cada vez mais longas, aumentando os tempos de deslocamento e prejuízos ao desempenho do transporte coletivo. Isso favorece ainda mais a busca por veículos particulares. Nesse processo, as áreas verdes são comprometidas, os engarrafamentos são recorrentes, a poluição atmosférica e sonora aumenta, além de aumentar também o número de acidentes.

Adaptado de <https://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/pmus>

Para enfrentar os impactos negativos do espraiamento urbano, podem ser adotadas as medidas indicadas a seguir, **exceto uma**. Assinale-a.

- (A) Investir na criação de faixas exclusivas, ciclovias e ampliação de passeios.
- (B) Incentivar a ocupação mais adensada e multifuncional do espaço urbano, aproximando habitação, trabalho e serviços.
- (C) Ampliar vias expressas para automóveis e estimular o uso de transporte alternativos, como motos, para reduzir congestionamentos.
- (D) Priorizar o transporte público coletivo, os modos ativos e os modos compartilhados, em relação aos modos individuais motorizados.
- (E) Diminuir o desequilíbrio existente na apropriação do espaço utilizado para a mobilidade urbana, garantindo a distribuição equilibrada e democrática dos espaços públicos de circulação.

16

Observe o quadro a seguir sobre a evolução sociodemográfica de Niterói entre os anos 1970 e 2010.



Métrica	1970s	1990s	2000s	2010s
População	324.246	436.155	459.451	487.562
Área Urbana	18,98	43,20	50,25	58,96
Densidade urbana	17.084	10.096	9.143	8.269
		▼ -41%	▼ -46%	▼ -52%

Fonte: <https://www.niteroi.rj.gov.br/pmus>

Com base nos dados relativos à população e à ocupação urbana, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () O território de ocupação urbana de Niterói mais do que dobrou de 1970 a 1990, em função de uma série de fatores, entre os quais a inauguração da Ponte Rio-Niterói (1974), que gerou aquecimento da economia local e dinamização urbana, com intensificação da produção imobiliária nas áreas centrais e bairros litorâneos consolidados da Zona Sul.
- () De 1990 a 2010 a densidade urbana decaiu constantemente, o que significa que o espraiamento urbano cresceu proporcionalmente mais rápido do que o ritmo de crescimento demográfico, fazendo com que a infraestrutura urbana esteja mais disponível e seja mais barata para a população.
- () De 1970 a 2010, enquanto as zonas tradicionais, onde localizava-se grande parte dos empregos, como a região norte e Praias da Baía tiveram pouco adensamento urbano, as Regiões de Pendotiba e Oceânica foram ocupadas por extensas áreas urbanizadas com baixa ocupação, pouca oferta de empregos, consumindo grande parte de área verde do município.

A sequência correta, segundo a ordem apresentada, é:

- (A) F – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – F – V.
- (D) V – F – F.
- (E) V – V – F.

17

As manifestações culturais de Niterói refletem tanto tradições locais quanto influências regionais.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a Festa de São Sebastião, padroeiro do município, é a principal celebração religiosa da cidade, manifestada por meio de missas, procissões e queima de fogos.
- (B) os festivais de música e dança promovidos pelo SESC Niterói, um dos principais equipamentos culturais que integram o Caminho Niemeyer, fortalecem a identidade cultural e dinamizam o turismo na cidade.
- (C) o Carnaval de Niterói, conta com escolas de samba tradicionais e, recentemente, passou a organizar os desfiles pela Avenida Amaral Peixoto, com operações especiais de tráfego para o afluxo de turistas pela ponte Rio-Niterói e pela BR-101.
- (D) a procissão marítima da Festa de São Pedro, com saída do cais de Jurujuba e chegada na Fortaleza de Santa Cruz, percorre o trajeto da defesa da Baía de Guanabara contra os invasores franceses que, no século XVI, queriam estabelecer a França Antártica.
- (E) a Festa do Amor, reconhecida como patrimônio cultural imaterial de Niterói por sua relevância social e cultural, reúne as pessoas, promovendo atividades religiosas, sociais e ações de apoio à comunidade.

18

Com o objetivo de mudar o paradigma da mobilidade urbana, as cidades tem adotado os “princípios da mobilidade urbana sustentável”.

A esse respeito, relacione os princípios listados a seguir às respectivas definições.

1. Pedalar
 2. Conectar
 3. Densificar
 4. Compactar
- () É o ato de exercitar uma modalidade saudável, econômica e inclusiva de mobilidade urbana, que combina a conveniência da viagem porta-a-porta e a flexibilidade da rota e do horário, atingindo distâncias e velocidades semelhantes às dos serviços locais de transporte coletivo.
 - () É o ato necessário para atender ao crescimento dentro de áreas limitadas, considerando o número adequado de usuários em relação ao desenvolvimento de uma infraestrutura de transporte público coletivo.
 - () É o ato de estruturar o tecido urbano de modo a prever distâncias mais curtas, que exigem menos tempo e energia para o deslocamento entre uma atividade e outra, e infraestruturas menos extensas e custosas.
 - () É o ato de produzir uma trama bem estruturada de ruas e passagens que oferece múltiplos trajetos a muitos destinos, com esquinas frequentes, vias públicas mais estreitas e menor velocidade veicular, tornando os trajetos mais variados e aprazíveis e revigorando a atividade das ruas e o comércio local.

A sequência correta, segundo a ordem apresentada, é:

- (A) 1 – 2 – 4 – 3.
- (B) 3 – 1 – 2 – 4.
- (C) 3 – 4 – 1 – 2.
- (D) 1 – 3 – 4 – 2.
- (E) 2 – 3 – 4 – 1.

Informática

19

Francisco, agente da Nittrans, precisa enviar um manual de procedimentos por *e-mail*. Ele optou por salvar o documento original do MS Word 365 (BR) em PDF para garantir que todos os colegas consigam visualizá-lo da mesma forma, sem preocupações com edição.

A esse respeito, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O formato PDF é ideal pois preserva a formatação do texto independentemente do sistema operacional ou software utilizado para abri-lo.
- () Um arquivo PDF não pode ser protegido por senha, o que é um risco para a confidencialidade do manual.
- () Ao salvar em PDF a partir do Word, Francisco perde a capacidade de editar o documento posteriormente, a menos que utilize software específico ou abra o arquivo original .DOCX.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

20

Luciana, da administração da Nittrans, precisa criar uma planilha para controlar o consumo de combustível da frota de veículos.

Acerca dos arquivos de planilha eletrônica, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O formato .CSV (Valores Separados por Vírgula) preserva fórmulas, formatação de células e gráficos. complexos, assim como o .XLSX.
- II. O formato .XLSX, padrão do Microsoft Excel, é baseado em texto puro (ASCII), o que facilita sua abertura em qualquer editor de texto, mas dificulta a execução de cálculos.
- III. O formato .ODS (*OpenDocument Spreadsheet*) é um padrão internacional aberto para planilhas, podendo ser aberto por suítes alternativas como LibreOffice e Google Sheets, além do próprio Microsoft Excel.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

21

Bia, que trabalha no setor administrativo da Nittrans, migrou recentemente de um computador com Windows 7 para outro com Windows 8.1 e está com dificuldades para localizar funções que eram acessíveis pelo “Menu Iniciar”.

Sobre as diferenças na interface do Windows 8/8.1 em comparação ao Windows 7, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A tela inicial (Start Screen) substitui o Menu Iniciar tradicional e é composta por blocos dinâmicos (tiles) que podem exibir informações em tempo real.
- II. Para acessar o menu de desligar o sistema, o usuário deve abrir a “Barra de Charms” (movendo o mouse para um dos cantos da tela) e clicar em “Configurações”.
- III. O “Desktop” (Área de Trabalho) foi removido do Windows 8, sendo possível executar aplicativos apenas na interface moderna de tela inicial.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

22

Um agente da Nittrans precisa baixar um grande arquivo de vídeo de uma câmera de trânsito para análise. Ele nota que a velocidade de *download* está muito abaixo do esperado.

Acerca de transferência de arquivos e conceitos de rede, assinale a afirmativa correta.

- (A) A velocidade de *download* é medida em *megabytes* por segundo (MB/s), enquanto a velocidade contratada da internet é anunciada em megabits por segundo (Mb/s); 1 MB/s equivale a 8 Mb/s.
- (B) O termo “banda larga” refere-se à capacidade de transmissão de dados de um *link* de comunicação, ou seja, quanto maior a banda, maior a velocidade potencial de *upload* e *download*.
- (C) Fazer *upload* de um arquivo significa excluí-lo de um servidor na internet, liberando espaço.
- (D) A velocidade de transferência depende exclusivamente da capacidade do computador do usuário, sendo independente da congestão da rede ou da distância do servidor.
- (E) *Browsers* como Chrome e Firefox não possuem gerenciadores de *download* próprios, exigindo sempre um *software* de terceiros para pausar ou retomar transferências.

Raciocínio Lógico e Matemático

23

Uma empresa de transportes possui vans de cinco modelos diferentes e todas usam mesmo tipo de combustível. No período de uma semana, foram anotados os números de quilômetros percorridos por cada uma das vans e a quantidade de combustível, em litros, que cada uma consumiu. Os dados estão na tabela abaixo.

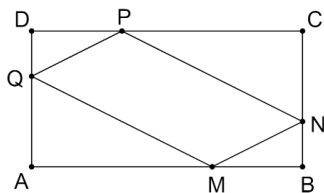
	Quilômetros	Litros
Van A	180	20
Van B	250	30
Van C	310	32
Van D	360	34
Van E	400	40

Em consumo de combustível, km/litro, a van mais econômica é a

- (A) Van A.
- (B) Van B.
- (C) Van C.
- (D) Van D.
- (E) Van E.

24

A figura abaixo mostra um retângulo ABCD e um paralelogramo MNPQ inscrito.



São dadas as medidas: $AM = 8$, $MB = 4$, $BN = 3$ e $NC = 6$ em alguma unidade. Os pontos móveis X e Y são tais que:

- X percorre o contorno do retângulo no sentido anti-horário partindo do ponto A;
- Y percorre o contorno do paralelogramo no sentido anti-horário partindo do ponto M;
- a velocidade de Y é o dobro da velocidade de X;
- os dois móveis partem simultaneamente.

No instante em que o móvel X termina sua oitava volta, o móvel Y está

- (A) no ponto P.
- (B) em um ponto do segmento MN.
- (C) em um ponto do segmento NP.
- (D) em um ponto do segmento PQ.
- (E) em um ponto do segmento QM.

25

Uma empresa de transportes interestaduais possui 160 funcionários: uns são motoristas e os demais trabalham na administração da empresa. Os funcionários com mais de 5 anos de casa são chamados de “antigos”, e os demais são os funcionários “novos”. Sabe-se que:

- há 48-motoristas a mais do que funcionários administrativos.
- os funcionários antigos são 62.
- são 30 os funcionários novos que trabalham na administração.

Nessa empresa, o número de motoristas novos supera o número de motoristas antigos em

- (A) 32.
- (B) 34.
- (C) 36.
- (D) 38.
- (E) 40.

26

Dois dados comuns (com faces contendo os números de 1 a 6) são lançados simultaneamente. Seja P a probabilidade de que as faces superiores não mostrem números consecutivos.

Entre as opções a seguir, a que mais se aproxima de P é:

- (A) 0,67.
- (B) 0,72.
- (C) 0,77.
- (D) 0,81.
- (E) 0,86.

Legislação

27

De acordo com a Lei Orgânica de Niterói, compete privativamente ao Município

- (A) proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
- (B) elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Integrado.
- (C) proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- (D) fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- (E) dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicar as moléstias de que possam ser portadores ou transmissores.

28

A Lei nº 13.303, de 2016, conhecida como Lei das Estatais, dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Com base nessa lei, em relação ao regime societário da empresa pública e da sociedade de economia mista, avalie se as afirmativas a seguir estão corretas.

- I. A sociedade de economia mista será constituída sob a forma de sociedade anônima.
- II. O estatuto da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias deverá observar regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração e, havendo acionistas, mecanismos para sua proteção.
- III. Aplicam-se a todas as empresas públicas, as sociedades de economia mista de capital fechado e as suas subsidiárias as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

29

Com base no Código de Trânsito Brasileiro, avalie se competem aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição:

- I. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições.
- II. Planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais e promover o desenvolvimento, temporário ou definitivo, da circulação, da segurança e das áreas de proteção de ciclistas.
- III. Implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário.
- IV. Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os sinistros de trânsito e suas causas.

Estão corretos os itens

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

30

A Lei Municipal nº 2283, de 28/12/2005, autoriza o Poder Executivo a constituir e organizar a sociedade de economia mista, sob a forma de sociedade anônima, denominada Niterói Transporte e Trânsito S/A - NITTRANS.

Com base nessa lei, as afirmativas a seguir estão corretas, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) A NITTRANS, com personalidade jurídica de direito privado, terá sede e foro na Cidade de Niterói, prazo de duração indeterminado e jurisdição em todo o Município de Niterói.
- (B) A NITTRANS reger-se-á por esta Lei, pelo seu Estatuto, e, subsidiariamente, pelas demais normas de direito aplicáveis.
- (C) A NITTRANS disporá de patrimônio próprio e gozará de autonomia administrativa e financeira, observadas as limitações constantes desta Lei.
- (D) O Município de Niterói subscreverá no máximo 50% (cinquenta por cento) das ações com direito a voto.
- (E) A NITTRANS terá por finalidade planejar, organizar, coordenar, regulamentar e fiscalizar o tráfego, o trânsito e o sistema viário municipal, observado o planejamento urbano municipal e a competência da Administração Direta nos serviços concedidos e no controle da prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros.

31

Com base na Lei Municipal nº 2283, de 28/12/2005, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () Nenhum servidor da NITTRANS poderá ser posto à disposição de quaisquer outros órgãos ou entidades com ônus para a companhia.
- () No exercício de suas atividades a NITTRANS poderá estabelecer normas de acordo com a legislação relativa a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e Sistema Viário Municipal.
- () A NITTRANS gozará de isenção Tributária Municipal.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – F.
- (E) V – V – F.

32

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, o coordenador do Sistema Nacional de Trânsito e órgão máximo normativo e consultivo é o(a)

- (A) Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.
- (B) Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN.
- (C) Polícia Rodoviária Federal – PRF.
- (D) Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI.
- (E) Polícia Federal – PF.

33

Avalie, com base na Lei Urbanística de Niterói (Lei nº 3.905, de 20 de maio de 2024), se as seguintes afirmativas a respeito das estratégias de ordenamento territorial estão corretas:

- I. Como Estratégia de Ordenamento Territorial, o território do Município de Niterói fica dividido em zonas de uso caracterizadas pelo conjunto de regras de parcelamento, ocupação e uso do solo aplicáveis às respectivas porções do território.
- II. A Estratégia de Integração entre Transporte e Uso do solo consiste em promover a mobilidade urbana sustentável a partir da forma urbana compacta, com densidades equilibradas ao longo dos eixos de estruturação e diferentes centralidades com diversificação de usos, de modo a promover o encurtamento das distâncias e reduzir a necessidade de viagens longas motorizadas, em especial, por automóveis.
- III. A Estratégia de Qualificação da Ocupação Urbana consiste em utilizar o térreo e o embasamento da edificação para conferir melhor relação entre o interior do lote e a rua, vinculando parâmetros qualificadores que promovam a integração entre espaços públicos e privados e ampliar a sensação de segurança dos espaços públicos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

34

A Lei Orgânica do Município de Niterói estabelece que compete ao Município prover tudo quanto diga respeito ao interesse local e ao bem-estar de sua população.

Avalie se cabe ao Município, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

- I. fixar locais para estabelecimentos de pontos de táxis e demais veículos.
- II. fixar e sinalizar as zonas de silêncio, de trânsito e tráfego em condições especiais.
- III. sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização.
- IV. ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas federais pertinentes.
- V. dispor sobre os serviços funerários e cemitérios.

Estão corretos os itens

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) IV e V, apenas.
- (D) I, IV e V, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

35

A entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios é denominada:

- (A) sociedade de economia mista.
- (B) empresa pública.
- (C) sociedade anônima.
- (D) organização da sociedade civil de interesse público.
- (E) sociedade comercial.

36

A Lei nº 2283, de 28/12/2005 estabelece que a NITTRANS será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva e contará com um Conselho Fiscal.

Avalie se a referida lei prevê que à Assembleia Geral compete, sem exclusão de outros casos previstos em lei, entre outras, as seguintes atribuições:

- I. Aprovar o Estatuto Social.
- II. Tomar, anualmente, as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras.
- III. Discutir e fixar a correção da expressão monetária do Capital Social.
- IV. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício.

Estão corretos os itens

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

37

Em relação ao licenciamento de veículos, conforma estabelece o Código Brasileiro de Trânsito, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Todo veículo automotor, articulado, reboque ou semirreboque, para transitar na via, deverá ser licenciado anualmente pelo órgão executivo de trânsito do Município onde estiver registrado o veículo.
- () O Certificado de Licenciamento Anual será expedido ao veículo licenciado, vinculado ao Certificado de Registro de Veículo, em meio físico e/ou digital, à escolha do proprietário, de acordo com o modelo e com as especificações estabelecidos pelo Contran.
- () No caso de transferência de residência ou domicílio, é válido, durante o exercício, o licenciamento de origem.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) V – V – V.
- (E) F – V – F.

38

A Lei nº 3.905/2024 dispõe sobre a Lei Urbanística de Niterói, seu zoneamento, a aplicação de instrumentos de política urbana e as regras gerais de licenciamento da atividade edilícia e de fiscalização da execução de obras.

O Art. 18 dessa lei define as Zonas de Uso que compõem os Territórios de Qualificação. Em relação ao tema, leia a descrição a seguir:

são porções do território destinadas, predominantemente, à moradia digna para a população da baixa renda por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares, bem como à provisão de novas Habitações de Interesse Social - HIS a serem dotadas de equipamentos sociais, infraestruturas, em especial de saneamento ambiental, áreas verdes e comércio e serviços locais, situadas na zona urbana.

A descrição se refere a

- (A) Zona Uso Misto (ZUM).
- (B) Zona Residencial Multifamiliar (ZRM).
- (C) Zona Centralidade Local (ZCL).
- (D) Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).
- (E) Zona de Desenvolvimento Econômico (ZDE).

39

A Lei nº 3.905/2024 (Lei Urbanística de Niterói) estabelece, em seu Título III, as diretrizes para o parcelamento do solo. Com base nessa lei, avalie se as afirmativas a seguir estão corretas.

- I. As áreas de preservação permanente, as áreas declaradas de Especial Interesse Ambiental e as unidades de conservação da natureza cuja destinação não permita a ocupação humana não serão excluídas do cálculo de áreas em qualquer forma de parcelamento.
- II. Nos projetos de parcelamento do solo deverão ser respeitados os recuos, as áreas "*non aedificandi*", as áreas de preservação permanente e as restrições impostas por unidades de conservação da natureza estabelecidas pelo Município e/ou órgão ambientais competentes.
- III. Os projetos de parcelamento deverão indicar as faixas de drenagem "*Non aedificandi*" ao longo dos cursos d'água, quando for o caso, de forma a garantir o acesso público na sua manutenção, o perfeito escoamento das águas e a conservação da vegetação de mata ciliar nativa existente.
- IV. A edificação em glebas não parceladas, de qualquer área ou de qualquer volume da construção, não estará condicionada ao prévio parcelamento do solo.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

40

Com base na Lei Orgânica do Município de Niterói, avalie se a administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes do Município, obedecerá aos seguintes princípios:

- I. Legalidade.
- II. Impessoalidade.
- III. Moralidade.
- IV. Publicidade.

Estão corretos os itens

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Conhecimentos Específicos

Direito

41

O Município de Niterói publicou edital de licitação visando à realização de grande obra pública, inexistindo qualquer vedação à participação de pessoa jurídica em consórcio no processo licitatório.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada.
- II. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- III. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas a(s) norma(s) elencada(s) em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

42

A comissão *Alfa* da Câmara dos Deputados pretende convocar João, Ministro de Estado, Maria, Governadora do Estado *Alfa*, e José, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a referida comissão poderá convocar

- (A) João e Maria, apenas.
- (B) João e José, apenas.
- (C) Maria, apenas.
- (D) José, apenas.
- (E) João, apenas.

43

Com o objetivo de ampliar a infraestrutura da cidade de Niterói, o Prefeito da referida municipalidade participou de reunião com a sua equipe jurídica, no âmbito da qual discutiu-se a viabilidade de se proceder à celebração de uma parceria público-privada.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.079/2004, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () O Município de Niterói não poderá celebrar parceria público-privada, pois a legislação que trata da matéria é aplicável a contratos administrativos de grande porte, celebrados pela União ou pelos Estados.
- () O prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não será inferior a cinco, nem superior a trinta e cinco anos, incluindo eventual prorrogação.
- () A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita, dentre outras formas, por cessão de créditos não tributários.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – V – V.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – F.

44

A sociedade empresária *Alfa* responde, em observância ao contraditório e à ampla defesa, a processo administrativo, pela prática de ato lesivo à Administração Pública, no âmbito do Município de Niterói/RJ.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.846/2013, não constitui ato lesivo à Administração Pública

- (A) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.
- (B) dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, salvo no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
- (C) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.
- (D) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.
- (E) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

45

O Prefeito do Município de Niterói analisou as vantagens e desvantagens relacionadas à criação de uma empresa estatal, que integraria a Administração Indireta da municipalidade, com o objetivo de satisfazer os direitos fundamentais da coletividade.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.303/2016, analise as afirmativas a seguir.

- I. A constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista dependerá de prévia autorização legal que indique, de forma clara, relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional.
- II. Depende de autorização do Prefeito da municipalidade a criação de subsidiárias de empresa pública e de sociedade de economia mista, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada, cujo objeto social deve estar relacionado ao da investidora.
- III. Aplicam-se a todas as empresas públicas, as sociedades de economia mista de capital fechado e as suas subsidiárias, as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, salvo a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.303/2016, é correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

46

João, agente público, responde, em juízo, pela prática de ato doloso de improbidade administrativa. Encerrada a instrução processual em primeira instância, o juízo competente emitiu sentença de improcedência. Em grau recursal, o Tribunal de Justiça proferiu acórdão confirmatório da sentença absolutória. Na sequência, em observância às formalidades legais, o Superior Tribunal de Justiça exarou acórdão confirmando a decisão proveniente do Tribunal de Justiça.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que

- (A) a interrupção do prazo prescricional manifestou-se com a publicação do acórdão do Superior Tribunal de Justiça que confirmou o acórdão absolutório proveniente do Tribunal de Justiça.
- (B) não houve a interrupção do prazo prescricional, porquanto João foi absolvido junto ao juízo de primeira instância, ao Tribunal de Justiça e ao Superior Tribunal de Justiça.
- (C) não houve a interrupção do prazo prescricional, já que a referida medida ocorre uma única vez durante o processo, por ocasião do ajuizamento da ação de improbidade.
- (D) a interrupção do prazo prescricional manifestou-se com a publicação do acórdão do Tribunal de Justiça que confirmou a sentença absolutória.
- (E) a interrupção do prazo prescricional manifestou-se com a publicação da sentença absolutória.

47

Maria, residente e domiciliada em Niterói/RJ, pretende formular pedido de acesso à informação ao Poder Público. Com efeito, antes de efetivar o seu intento, a cidadã buscou maiores informações junto à legislação que trata da referida temática.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.
- () As informações que puderem colocar em risco a segurança do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, além dos respectivos cônjuges e filhos(as), serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleições sucessivas ou alternadas.
- () Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério mais restritivo possível, considerados a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado, além do prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – F.

48

A Lei Geral de Proteção de Dados estipula que o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado, dentre outras hipóteses, mediante o fornecimento de consentimento pelo titular.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.709/2018, analise as afirmativas a seguir.

- I. Em caso de dúvida, cabe ao titular o ônus da prova de que não forneceu o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais.
- II. Caso o consentimento seja fornecido por escrito, esse deverá constar de cláusula destacada das demais cláusulas contratuais.
- III. O consentimento deverá referir-se a finalidades determinadas, e as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais poderão ser anuladas, caso se constate vício de consentimento.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.709/2018, é correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

49

Nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até cinco por cento do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até quinze por cento, desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.
- () A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- () Na contratação de obras e serviços de engenharia, o edital deverá exigir a prestação da garantia na modalidade seguro-garantia, estabelecendo a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – V.
- (B) V – F – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) V – V – V.

50

O objeto do contrato será recebido, em se tratando de obras e serviços, provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, e definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é **incorreto** afirmar que

- (A) em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de dez anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção.
- (B) o recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- (C) salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.
- (D) em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto.
- (E) o objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

51

O Tribunal de Justiça do Estado Alfa (TJEA), em sede de controle concentrado de constitucionalidade, conferiu interpretação conforme à Constituição à Lei nº X/1991, do Município Beta. Na ocasião, foi ressaltado que a alteração de certos aspectos da realidade sociopolítica acarretou a modificação do significado da norma constitucional utilizada como paradigma de confronto. Em razão do significado da norma constitucional contemporâneo ao julgamento, conforme foi atribuído pelo Tribunal ao significante interpretado, esse órgão entendeu que apenas um dos sentidos da Lei nº X/1991 estava em harmonia com a Constituição da República.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que, ao delinear o paradigma de confronto, o TJEA realizou uma atividade

- (A) harmônica com o originalismo.
- (B) constituinte, o que não é admitido.
- (C) compatível com a metódica estruturante.
- (D) incompatível com a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição.
- (E) refratária à influência de referenciais axiológicos, na interpretação constitucional.

52

Após ampla mobilização das legendas partidárias, um grupo de cem Deputados Federais apresentou proposta de emenda constitucional, acrescentando determinado direito fundamental ao rol do Art. 5º da Constituição da República. Na ocasião, certa região do país tinha sido atingida por calamidade de grandes proporções na natureza, o que desarticulava por completo a atuação dos parlamentares a ela vinculados. Apesar disso, a proposta foi votada e aprovada em ambas as Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, pelo voto de dois terços dos respectivos membros, vindo a ser promulgada sem a participação do Presidente da República. Desse processo legislativo resultou a Emenda Constitucional nº Y, promulgada ainda durante a referida calamidade.

É correto afirmar que o processo legislativo de reforma constitucional

- (A) não apresentou nenhum vício.
- (B) somente apresentou vício em relação ao objeto.
- (C) somente apresentou vício em relação à iniciativa.
- (D) somente apresentou vício em relação ao momento em que a Emenda foi promulgada.
- (E) somente apresentou vício em relação à não participação do Chefe do Poder Executivo na promulgação da Emenda.

53

Ana, servidora pública, ocupante de cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, na administração pública indireta do Município Alfa, após completar os requisitos exigidos pela ordem jurídica, teve sua aposentadoria voluntária deferida pela estrutura estatal competente. No entanto, tinha dúvidas se o ato de aposentadoria teria sua legalidade apreciada, por outra estrutura estatal, para fins de registro.

Ao consultar um especialista, foi corretamente informado à Ana que

- (A) como ela é servidora pública, o ato de aposentadoria deve ser objeto de registro perante o Tribunal de Contas competente.
- (B) a legalidade do ato de aposentadoria deve ser apreciada, pelo Tribunal de Contas competente, em momento anterior à sua expedição.
- (C) apesar de ser servidora pública, o seu ato de aposentadoria não deve ser objeto de registro perante o Tribunal de Contas competente.
- (D) o ato de aposentadoria somente deve ser objeto de registro perante o Tribunal de Contas competente caso a aposentadoria tenha sido deferida no âmbito do regime próprio de Alfa.
- (E) em razão da divisão das funções estatais, os atos de aposentadoria praticados por uma estrutura não podem ter sua legalidade apreciada por outra, ressalvada a atuação do Poder Judiciário.

54

Após a mobilização de alguns profissionais da área de segurança pública, foram elaborados os estatutos da associação, sem fins lucrativos, dos "Defensores do Bairro Alfa". O objetivo era o de congregar os referidos profissionais, que atuavam nos horários de folga na proteção da coletividade, utilizando indumentária própria e, quando legalmente autorizados, o seu armamento particular. Para que não houvesse qualquer dúvida quanto à juridicidade da futura pessoa jurídica de direito privado, foi requerida ao Prefeito Municipal autorização para a sua criação.

Ao ouvir sua assessoria, foi corretamente esclarecido ao Chefe do Poder Executivo Municipal que

- (A) apesar de a autorização requerida não ser necessária, é vedada a criação de uma associação nos moldes descritos.
- (B) a autorização consubstancia ato vinculado, que deve ser deferida caso preenchidos os requisitos exigidos pela ordem jurídica.
- (C) apesar de a autorização consubstanciar ato discricionário do Prefeito Municipal, o seu indeferimento deve ser devidamente motivado.
- (D) apesar de a autorização consubstanciar ato discricionário do Prefeito Municipal, na situação descrita, a ordem jurídica impõe o seu indeferimento.
- (E) a autorização requerida não é necessária, considerando o direito fundamental de criar associações, e o objeto está em harmonia com a ordem jurídica.

55

A partir de um sentimento de antagonismo entre municípios das regiões norte e sul do Município Alfa, situado no Estado Sigma, a maior parte da população da região norte passou a defender abertamente o desmembramento de Alfa, de modo que essa última região pudesse constituir um ente federativo autônomo ou mesmo ser incorporada ao contíguo Município Beta.

Ao consultarem um especialista na matéria, foi corretamente esclarecido à comissão dos municípios da região norte que

- (A) a criação de um novo ente federativo é vedada, mas não há óbice, observada a sistemática vigente, à incorporação da região norte de Alfa a Beta.
- (B) a mobilidade intrínseca da federação exige a consulta à população diretamente interessada, no período indicado na ordem constitucional, além de estudo de viabilidade municipal e lei estadual.
- (C) o desmembramento de Alfa ou a incorporação de sua região norte a Beta pressupõe, sequencialmente, a edição de diplomas normativos de natureza estadual e municipal, além de consulta prévia à população.
- (D) o desmembramento de Alfa ou a incorporação de sua região norte a Alfa pressupõe, sequencialmente, a edição de diplomas normativos de natureza federal e estadual, além de outros requisitos previstos na ordem constitucional.
- (E) o desmembramento de Alfa ou a incorporação de sua região norte a Alfa pressupõe, em razão das alterações que promoverá na federação brasileira, autorização do Congresso Nacional, plebiscito e estudo de viabilidade municipal.

56

João, servidor público do Estado Alfa, ocupante de cargo de provimento efetivo, pretende concorrer ao cargo eletivo de Prefeito do Município Beta. No entanto, tinha dúvidas em relação aos efeitos de um possível êxito no pleito quanto ao seu cargo efetivo e ao regime próprio de previdência social a que estava vinculado.

Após analisar a sistemática constitucional vigente, João concluiu corretamente que, caso venha a ser eleito Prefeito do Município Beta,

- (A) deve migrar para o regime próprio de previdência social de Beta.
- (B) deve ser afastado do cargo junto a Alfa, mas pode optar pela remuneração.
- (C) pode acumular os cargos efetivo e eletivo caso haja compatibilidade de horários.
- (D) deve ser posto em disponibilidade no cargo junto a Alfa, enquanto ocupar o cargo eletivo.
- (E) deve ser cedido à Beta, enquanto servidor de Alfa, podendo acumular os estípicios recebidos, até o limite do teto remuneratório constitucional.

57

O Município Alfa, por meio de leis específicas, instituiu três taxas, que decorriam da oferta dos seguintes serviços aos municípios ou do exercício do poder de polícia:

- I. conservação e limpeza de logradouros e bens públicos;
- II. renovação de funcionamento e localização de estabelecimentos empresariais, em razão da fiscalização efetivamente realizada por órgãos municipais;
- III. uso de espaços públicos municipais por concessionárias prestadoras do serviço público de fornecimento de energia elétrica.

É correto afirmar, em relação à conformidade constitucional dessas três taxas, que

- (A) todas são constitucionais.
- (B) apenas a taxa I é constitucional.
- (C) apenas a taxa II é constitucional.
- (D) apenas as taxas I e III são constitucionais.
- (E) apenas as taxas II e III são constitucionais.

58

O Município Alfa almeja celebrar um ajuste com a União, no qual ficaria responsável pela realização de uma contrapartida. Para assegurar o cumprimento da obrigação a ser assumida, determinado funcionário do órgão federal competente informou que seria exigida a vinculação, como garantia, do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU). Por ter dúvida em relação à juridicidade dessa vinculação, exigência que ainda não tinha sido confirmada pelo chefe do órgão, o Prefeito Municipal consultou sua assessoria.

Foi corretamente esclarecido ao Chefe do Poder Executivo que

- (A) é vedada a vinculação da receita de impostos a despesa específica, logo, não é admitida a garantia alvitrada.
- (B) a vinculação de receitas próprias de Alfa, para fins de garantia de obrigação assumida com a União, pode recair sobre a integralidade do produto da arrecadação do IPTU.
- (C) a vinculação de receitas próprias de Alfa, para fins de garantia de obrigação assumida com a União, somente pode recair sobre aquelas oriundas dos fundos constitucionais.
- (D) é assegurada aos municípios, em razão de sua autonomia política, liberdade para oferecer o produto da arrecadação com impostos em garantia da dívida pública ou privada.
- (E) a vinculação de receitas próprias de Alfa, para fins de garantia de obrigações assumidas com outros entes federativos, pode recair sobre o produto da arrecadação do IPTU, limitada a vinte e cinco por cento.

59

Maria, ocupante de cargo de provimento efetivo no Município Alfa, tornou-se uma das responsáveis pelo setor de controle interno da administração pública direta. Logo após iniciar o exercício de suas funções, questionou um estagiário em relação aos deveres e responsabilidades que recairiam sobre os responsáveis pelo setor, sendo-lhe respondido que, na perspectiva constitucional:

- I. tornar-se-ão solidariamente responsáveis pela ilegalidade que tenham conhecimento, caso não deem ciência ao Tribunal de Contas.
 - II. devem sustar os atos de gestão orçamentária que afrontem os referenciais de legalidade, legitimidade e economicidade.
 - III. devem exercer o controle das operações de crédito.
- Ao ouvir a resposta do estagiário, Maria explicou-lhe corretamente, em relação às suas três informações, que
- (A) todas estão corretas.
 - (B) apenas a primeira está correta.
 - (C) apenas a segunda está correta.
 - (D) apenas a primeira e a terceira estão corretas.
 - (E) apenas a segunda e a terceira estão corretas.

60

Em razão do não cumprimento, pelo Município Sigma, das obrigações assumidas em ajuste firmado com a organização internacional Alfa, instaurou-se um debate no âmbito da Procuradoria-Geral em relação aos órgãos jurisdicionais competentes para processar e julgar a lide que estava na iminência de ser instaurada, e apreciar eventual irresignação recursal a ser manejada contra a sentença de mérito, exaurindo, com isso, as instâncias ordinárias.

Ao fim dos debates, concluiu-se corretamente que a lide deve ser

- (A) julgada em instância única pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) instaurada perante um juiz federal e o recurso julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (C) instaurada perante um juiz estadual e o recurso julgado pelo respectivo Tribunal de Justiça.
- (D) instaurada perante um juiz federal e o recurso julgado pelo respectivo Tribunal Regional Federal.
- (E) instaurada perante um Tribunal Regional Federal e o recurso julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

61

A empresa Delta foi executada judicialmente pela União Federal para cobrança de Contribuição ao PIS, inscrita em dívida ativa. Nos embargos à execução, a empresa demonstrou que os débitos já haviam sido extintos, pois realizou compensação tributária em data anterior ao ajuizamento da execução fiscal com créditos de PIS pagos indevidamente, conforme reconhecido em decisão transitada em julgado.

À luz da legislação específica e da jurisprudência do STJ, assinale a opção correta.

- (A) A compensação não pode ser arguida em embargos à execução fiscal, em razão de vedação expressa na lei de execuções fiscais.
- (B) A compensação pode ser arguida em embargos à execução fiscal, independentemente de autorização prévia da Receita Federal, a fim de ilidir a presunção de liquidez e certeza da Certidão de Dívida Ativa.
- (C) A compensação somente pode ser alegada em ação ordinária própria, não sendo admissível como matéria de defesa em embargos à execução fiscal, por ausência de previsão no Código Tributário Nacional.
- (D) A compensação pode ser arguida em embargos à execução fiscal, mesmo que ainda não realizada, bastando demonstrar a existência de crédito em face da União Federal, pois o direito é subjetivo do contribuinte.
- (E) A compensação pode ser alegada em embargos à execução fiscal apenas se expressamente autorizada pela Secretaria da Receita Federal, sob pena de violação do poder-dever de apurar a regularidade da operação compensatória.

62

A empresa Gráfica Alfa realiza impressões de convites de casamento, cartões empresariais e folders personalizados, sob encomenda específica de seus clientes. O Fisco Estadual lavrou auto de infração exigindo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre essas operações, alegando que há fornecimento de mercadoria. O Município, por sua vez, também exigiu Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre os mesmos serviços.

À luz da Constituição Federal, da legislação e da jurisprudência consolidada do STJ, assinale a opção correta.

- (A) As operações estão sujeitas apenas ao ICMS, pois configuram circulação de mercadorias, independentemente de serem produzidas sob encomenda.
- (B) A parcela correspondente à prestação de serviço está sujeita ao ISS, devendo a parcela relativa ao custo do papel ser tributada pelo ICMS.
- (C) As operações estão sujeitas ao ISS, pois são serviços de composição gráfica personalizada e sob encomenda, ainda que envolvam fornecimento de mercadorias.
- (D) As operações não se sujeitam ao ICMS nem ao ISS, pois envolvem atividade intelectual criativa, incompatível com a noção de prestação de serviços tributáveis.
- (E) As operações estão sujeitas ao ISS porque, por expressar previsão legal, os Estados não são competentes para a tributação de circulação de mercadorias gráficas, ainda que padronizados.

63

O Município Alfa ajuizou execução fiscal contra João, contribuinte de IPTU, em 20/10/2023, para cobrança do tributo referente ao exercício de 2017. O carnê com a guia única de pagamento foi entregue no endereço de João, em 10/01/2017, com vencimento em 10/02/2017. Posteriormente, sem requerimento do contribuinte, o Município editou decreto que instituiu parcelamento de ofício, convertendo a cobrança contra João em 10 parcelas mensais, com vencimento entre abril/2017 e janeiro/2018. João, entretanto, não quitou nenhuma das cotas.

À luz da legislação tributária e da jurisprudência do STJ, assinale a opção correta quanto à prescrição da cobrança judicial do crédito tributário.

- (A) A prescrição se iniciou em 10/01/2017, data da entrega do carnê a João, e se encerrou em 10/01/2022, estando prescrita a execução fiscal ajuizada em 2023.
- (B) A prescrição se iniciou em 11/02/2017, dia seguinte ao vencimento da guia original, e se encerrou em 11/02/2022, estando prescrita a execução ajuizada em outubro de 2023.
- (C) A prescrição se iniciou apenas após o vencimento da última parcela do parcelamento de ofício (janeiro/2018), não estando prescrita a execução ajuizada em 2023.
- (D) O parcelamento de ofício suspendeu a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151, VI, do CTN, de modo que o prazo prescricional somente começou a correr após o inadimplemento das parcelas.
- (E) O parcelamento de ofício interrompeu o prazo prescricional, de modo que a contagem do prazo se reiniciou a partir do vencimento da última parcela.

64

Pedro arrematou em hasta pública, em outubro de 2024, um imóvel situado no Município Beta. O edital do leilão previa que o arrematante seria responsável pelo pagamento de todos os débitos tributários incidentes sobre o bem, inclusive do IPTU em atraso referente aos exercícios de 2021 a 2023. Após a arrematação, a Fazenda Municipal cobrou judicialmente de Pedro o pagamento pelos débitos de IPTU relativo a esses anos.

À luz do CTN e da jurisprudência firmada do STJ, assinale a opção correta.

- (A) O arrematante responde pelos débitos tributários anteriores à arrematação, porque a responsabilidade tem natureza *propter rem*, não afastada pela aquisição em hasta pública.
- (B) A previsão editalícia de responsabilidade tributária do arrematante é válida e o vincula, suprimindo a exigência legal.
- (C) O arrematante só responde pelos tributos posteriores à arrematação, sendo inválida a cláusula editalícia que transfere ao adquirente a responsabilidade pelos débitos anteriores.
- (D) A responsabilidade do arrematante pelos débitos tributários anteriores à arrematação é possível, desde que haja previsão expressa em lei ordinária municipal.
- (E) O arrematante responde solidariamente com o antigo proprietário pelos débitos anteriores, cabendo-lhe direito regressivo após o pagamento.

65

Determinada Lei Complementar estadual postergou o início do direito de creditamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) relativo à energia elétrica consumida no estabelecimento comercial, com vigência imediata à publicação. Um contribuinte ajuizou ação sustentando que a lei seria inconstitucional por violar a anterioridade nonagesimal, pois teria o mesmo efeito de aumentar a carga tributária.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- (A) A lei é inconstitucional, pois a postergação de direito de crédito equipara-se a aumento indireto de tributo, atraindo a anterioridade nonagesimal.
- (B) A lei é constitucional, pois a postergação do creditamento não representa majoração de tributo, razão pela qual não se aplica a anterioridade nonagesimal.
- (C) A lei é inconstitucional, pois qualquer restrição ou postergação ao aproveitamento de créditos de ICMS só pode ser disciplinada por meio de convênio do CONFAZ.
- (D) A vigência da lei deve respeitar a anterioridade anual, já que há reflexo financeiro imediato para o contribuinte.
- (E) A suspensão de creditamento equivale à majoração de alíquota, hipótese vedada sem a observância do princípio da legalidade estrita.

66

Ana foi contratada por uma empresa de trabalho temporário em 2023, que a colocou à disposição de uma empresa cliente para atender à demanda complementar de serviços. Ana lá permaneceu por 3 meses e seu serviço foi elogiado. Ana foi dispensada sem justa causa e 12 meses depois foi contratada, agora como empregada, pela mesma empresa que antes havia recebido seus serviços como trabalhadora temporária. Considerando os fatos e o que prevê a Lei de regência, assinale a afirmativa correta.

- (A) É irregular a contratação porque Ana, por ter trabalhado na empresa como temporária, jamais poderia ser recontratada como empregada da antiga tomadora.
- (B) Não há qualquer irregularidade no caso apresentado, tratando-se de uma rotina normal nas relações de emprego.
- (C) É irregular a contratação porque a eventual contratação de Ana pela empresa tomadora dos serviços deveria respeitar o prazo de 18 meses da sua dispensa.
- (D) A contratação pode ser feita desde que haja a ciência formal e concordância documentada do antigo empregador de Ana.
- (E) A contratação desejada, por não ter respeitado o prazo mínimo de 12 meses da dispensa sem justa causa, dependeria de autorização judicial.

67

João e Renato são irmãos e trabalham numa farmácia. João trabalha como balconista e Renato, como entregador. Ambos possuem habilitação própria para conduzir motocicleta. Os irmãos saem de casa diariamente e vão juntos para o trabalho na motocicleta de João, que a pilota. Chegando na farmácia, a motocicleta é entregue a Renato, que realiza em média 20 entregas diárias.

Considerado esses fatos e o que dispõe a CLT, assinale a opção a respeito do adicional de periculosidade.

- (A) João e Renato terão direito ao adicional de periculosidade.
- (B) Somente Renato faz jus ao adicional de periculosidade.
- (C) Nenhum dos irmãos trabalha em atividade de risco, e por isso não terão direito ao adicional de periculosidade.
- (D) Somente João terá direito ao adicional de periculosidade.
- (E) Uma vez que ambos usam motocicleta, o adicional de periculosidade deverá ser dividido entre os irmãos, na razão de 50% para cada um.

68

Joana foi contratada por uma empresa de marketing digital em 10 de junho de 2025, e foi comunicada que fruirá férias do período aquisitivo 2025/2026 em dezembro de 2026. Ciente disso, e necessitando de recursos materiais porque pretende fazer uma reforma em sua residência, Joana decidiu converter 1/3 de suas férias em pecúnia.

Considerando esses fatos e os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não será possível a conversão almejada porque isso somente pode acontecer a partir do 2º período de férias do empregado.
- (B) Em tese a conversão é possível, desde que o empregador concorde, por não se tratar de direito potestativo da empregada.
- (C) É possível fazer a conversão desejada por Joana, que deverá comunicar ao empregador sua pretensão até 30 dias antes do início das férias.
- (D) A conversão é prejudicial ao trabalhador porque reduz o seu descanso, mas será admitida desde que homologado pelo sindicato de classe.
- (E) Joana pode converter 1/3 das férias em pecúnia desde que o requeira até 15 (quinze) dias antes do término do período aquisitivo.

69

Bernardo foi contratado por uma empresa de logística em 2024 para trabalhar na escala de 12h x 36h com intervalo de 1 hora para refeição. Para tanto, assinou acordo individual no qual havia previsão dessa jornada. Algumas escalas de Bernardo coincidiam com domingos e outras, com feriados nacionais, o que motivou Bernardo a requerer ao seu gerente imediato o pagamento desses dias como horas extras, adicionadas de 100%. Considerando esses fatos e os termos da CLT, assinale a opção correta.

- (A) O empregado em questão não tem o direito de receber horas extras quando a escala coincidir com domingos ou feriados, e o acordo individual da escala é válido.
- (B) A escala de 12x36h é irregular porque deveria ser acertada em acordo coletivo ou convenção coletiva, mas não por acordo individual.
- (C) Bernardo não tem o direito de receber horas extras quando a escala coincidir com feriados, mas faz jus quando a escala coincidir com os domingos.
- (D) O acerto individual da escala é válido, mas, se ela coincidir com domingos ou feriados, as horas deverão ser pagas com adicional de 50% caso não sejam compensadas.
- (E) Bernardo não tem direito a receber horas extras quando a escala coincide com os domingos, mas faz jus quando a escala coincidir com feriados.

70

Raimundo e Vanessa, ambos com 20 anos de idade, foram contratados em 2025 por uma empresa de engenharia. Raimundo atua como estagiário de direito e Vanessa, como aprendiz na área de auditoria. Ambos foram contratados em regime de teletrabalho, recebendo as tarefas a fazer por um computador fornecido pela empresa e retornando o trabalho concluído pelo mesmo modo.

De acordo com a previsão da CLT, assinale a afirmativa adequada quanto ao trabalho remoto.

- (A) Os contratos de Raimundo e Vanessa são inválidos porque devem ser cumpridos de forma presencial para que os seus objetivos contratuais sejam alcançados.
- (B) Inválido apenas o contrato de Vanessa porque o aprendizado, para ter o efeito desejado, precisa ser cumprido de forma presencial.
- (C) A validade dos contratos de forma telepresencial dependerá da concordância dos pais de Raimundo e Vanessa porque ambos, de acordo com o Código Civil, são menores.
- (D) Ambos os contratos são válidos porque é permitida a adoção do regime de teletrabalho para estagiários e aprendizes.
- (E) Inválido apenas o contrato de Raimundo porque o estágio, para gerar o ganho educacional, precisa ser fiscalizado e orientado de forma presencial.

71

O Ministério Público do Trabalho (MPT) é o ramo do Ministério Público da União que tem como missão defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis no âmbito das relações de trabalho.

De acordo com a Lei de regência, assinale a opção que identifica os órgãos do Ministério Público do Trabalho.

- (A) O Procurador-Geral do Trabalho, o Colégio de Procuradores do Trabalho, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, a Câmara de Coordenação e Revisão, a Corregedoria do Ministério Público do Trabalho, os Subprocuradores-Gerais do Trabalho, os Procuradores Regionais do Trabalho e os Procuradores do Trabalho.
- (B) A Coordinfância (criança e adolescente), a Conaete (trabalho escravo), a Coordigualdade (promoção da igualdade), a Conafret (fraudes trabalhistas), a Codemat (meio ambiente do trabalho), a Conap (administração pública), a Conatpa (trabalho portuário e aquaviário) e a Conalis (Liberdade Sindical).
- (C) A Corregedoria do Ministério Público do Trabalho, os Subprocuradores-Gerais do Trabalho, os Procuradores Regionais do Trabalho e os Procuradores do Trabalho, a Conap (administração pública), a Conatpa (trabalho portuário e aquaviário) e a Conalis (Liberdade Sindical).
- (D) Ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Desembargadores dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRT's), Juizes do Trabalho Titulares, Juizes do Trabalho substitutos e Procuradores do Trabalho.
- (E) O Procurador-Geral do Trabalho, o Colégio de Procuradores do Trabalho, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, a Câmara de Coordenação e Revisão, a Coordinfância (criança e adolescente), a Coordigualdade (promoção da igualdade), a Conafret (fraudes trabalhistas) e a Codemat (meio ambiente do trabalho).

72

Sara ajuizou reclamação trabalhista contra seu ex-empregador em 2025 postulando o pagamento de horas extras. Seu pedido foi julgado procedente, mas a empresa interpôs recurso ordinário. Em razão disso, Sara pretende realizar a execução provisória da sentença, que foi ilíquida.

Considerando o contexto, assinale a afirmativa correta quanto aos fatos e termos da CLT.

- (A) Não é possível a execução provisória desejada porque o recurso ordinário tem efeito suspensivo.
- (B) É viável a execução provisória, limitada à homologação dos cálculos.
- (C) Inviável a pretensão de Sara, pois a execução provisória só é cabível no caso de prolação de sentença líquida.
- (D) É possível a execução provisória do julgado, limitada à penhora.
- (E) Contanto que a trabalhadora preste caução real ou fidejussória, é possível a execução provisória e a entrega do numerário penhorado à credora.

73

Regina ajuizou reclamação trabalhista contra o seu ex-empregador, uma sociedade empresária que fabrica colchões. O montante dos pedidos formulados por Regina alcançou o equivalente a 5 salários mínimos. Não tendo sido localizada a empresa, a mesma foi citada por edital. Na audiência, ausente a empresa, Regina, por cautela, requereu a oitiva de 3 testemunhas, o que de fato aconteceu.

Considerando o contexto, assinale a opção correta quanto aos fatos e termos da CLT.

- (A) Absolutamente regular todos os eventos ocorridos no processo de Regina.
- (B) Em razão do procedimento a ser adotado, não caberia a citação por edital nem a oitiva de mais de 2 testemunhas.
- (C) A citação por edital é válida porque o reclamado não foi localizado, mas somente poderiam ser ouvidas 2 testemunhas.
- (D) Inválida a citação por edital em razão do procedimento, mas regular a quantidade de testemunhas ouvidas pelo princípio da ampla defesa.
- (E) Da futura sentença no caso de Regina não caberá recurso por se tratar de causa de alçada exclusiva da Vara.

74

No processo do Trabalho, algumas ações estão sujeitas a prazo decadencial. Exemplos disso são o inquérito para apuração de falta grave quando há suspensão do empregado, a ação rescisória e o mandado de segurança.

Das alternativas a seguir, assinale aquela que, de acordo com a Lei de regência, exibe o prazo decadencial para o seu ajuizamento.

- (A) 30 dias para o inquérito para apuração de falta grave, 2 anos para a ação rescisória e 60 dias para o mandado de segurança.
- (B) 120 dias para o inquérito para apuração de falta grave, 2 anos para a ação rescisória e 5 dias para o mandado de segurança.
- (C) 30 dias para o inquérito para apuração de falta grave, 1 ano para a ação rescisória e 60 dias para o mandado de segurança.
- (D) 2 anos para o inquérito para apuração de falta grave, 5 anos para a ação rescisória e 5 dias para o mandado de segurança.
- (E) 30 dias para o inquérito para apuração de falta grave, 2 anos para a ação rescisória e 120 dias para o mandado de segurança.

75

Paulo é garçom num restaurante e está indignado porque na convenção coletiva de sua categoria há cláusula prevendo que haverá repasse de apenas 80% das gorjetas recebidas, pois 20% permanecerão com o empregador para custear despesas como quebra de pratos e furto de talheres. Já Reginaldo é operador de máquinas e também está indignado pois no acordo coletivo que lhe é aplicável há cláusula prevendo o pagamento da insalubridade em grau médio, malgrado Reginaldo entender que deveria ser em grau máximo. Ambos pretendem ajuizar ação na Justiça do Trabalho questionando tais cláusulas.

Considerando esses fatos e os termos da CLT, assinale a opção correta:

- (A) As ações de Paulo e Reginaldo deverão ser movidas apenas contra o empregador.
- (B) As ações de ambos deverão ter, no polo passivo, o empregador e os sindicatos de classe dos empregados e dos empregadores.
- (C) Ambas as ações deverão ser propostas em litisconsórcio passivo, que será integrado pelo empregador e pelo sindicato de classe dos empregadores.
- (D) A ação de Paulo terá, no polo passivo, o empregador e os sindicatos de classe dos empregados e dos empregadores, enquanto na de Reginaldo, o empregador e o sindicato de classe dos empregados.
- (E) Ambas as ações deverão ser propostas em litisconsórcio passivo, que será integrado pelos sindicatos de classe dos empregados e dos empregadores.

76

No modelo brasileiro atual de Previdência Social, os ativos contribuem para inativos. Esse modelo é criticado por alguns porque, com o envelhecimento da população e o baixo índice de natalidade, tem-se cada vez mais pessoas recebendo benefício e cada vez menos pessoas pagando contribuição.

Dito isso, assinale a afirmativa que aponta, respectivamente, o modelo atual brasileiro e quem será responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras, decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social.

- (A) Sistema de capitalização, com divisão igualitária dos Estados pelas insuficiências financeiras.
- (B) Sistema de repartição simples, com responsabilidade da União pelas insuficiências financeiras.
- (C) Sistema de repartição composta, com responsabilidade do INSS pelas insuficiências financeiras.
- (D) Sistema híbrido, com responsabilidade da União pelas insuficiências financeiras.
- (E) Sistema conservador, com divisão da União e dos Estados, na razão de 50% cada, pelas insuficiências financeiras.

77

Na dicção da Lei, acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico e que provoca lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Das situações elencadas a seguir, assinale a opção que, de acordo com a Lei de regência, é considerada acidente do trabalho.

- (A) A ofensa física não intencional por motivo de disputa relacionada ao trabalho.
- (B) A doença endêmica adquirida por empregado habitante de região em que ela se desenvolva, por contato direto determinado pela natureza do trabalho.
- (C) A doença degenerativa.
- (D) O acidente sofrido pelo empregado fora do local e do horário do trabalho em consequência de agressão praticada por terceiro.
- (E) Aquele sofrido pelo empregado fora do local e horário de trabalho, na prestação espontânea de serviço à empresa para lhe evitar prejuízo.

78

Murilo, empregado de uma sociedade empresária desde janeiro de 2025, é considerado por Lei um segurado de baixa renda e, por isso, recebe 1 cota de salário família porque é pai de uma criança de 3 anos de idade. Para que Murilo continue recebendo o salário família, deve cumprir alguns requisitos legais. Identifique, diante das afirmativas a seguir, quais são esses requisitos.

- (A) Apresentar o seu próprio atestado de vacinação bianualmente e comprovar semestralmente a frequência à escola de sua filha, a partir de sete anos de idade.
- (B) Continuar casado e apresentar anualmente o atestado de vacinação obrigatória da criança até 10 anos de idade.
- (C) Fazer a apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória da filha até oito anos de idade e de comprovação anual de frequência à escola a partir de sete anos de idade.
- (D) Fazer a apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória da filha até seis anos de idade e de comprovação semestral de frequência à escola a partir de quatro anos de idade.
- (E) Fazer prova de vida da criança a cada 24 meses e não ter condenação criminal a pena punida com detenção.

79

Dentre os princípios constitucionais da seguridade social, há um que preconiza que os benefícios serão iguais, mas as prestações devem ser proporcionais à contribuição, que varia conforme a capacidade financeira de cada indivíduo. O objetivo disso é garantir que o sistema de seguridade social seja financiado de maneira justa, considerando as diferentes realidades econômicas de cada pessoa.

Marque a opção que contempla esse princípio.

- (A) Equidade na forma de participação no custeio.
- (B) Irredutibilidade do valor dos benefícios.
- (C) Universalidade da cobertura e do atendimento.
- (D) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (E) Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa.

80

Clodoaldo é aposentado por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez) há 1 ano e, diante de suas severas limitações, necessita da assistência permanente de outra pessoa para as suas atividades básicas de higiene e alimentação.

De acordo com a Lei de regência, em relação ao valor da aposentadoria paga a Clodoaldo, é correto afirmar que

- (A) o valor não será alterado em razão da sua situação peculiar por ausência de previsão legal.
- (B) a aposentadoria será paga com acréscimo de 100% em virtude da situação retratada.
- (C) após constatação do fato por perícia feita pelo INSS, o benefício será acrescido de 25%.
- (D) o acréscimo, se comprovado o fato, será de 50% e valerá para qualquer modalidade de aposentadoria.
- (E) a aposentadoria receberá acréscimo de 10% a cada ano, limitada a 50% do valor, não podendo ultrapassar o teto previdenciário.

Realização

